

ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA

Entra em vigor lei que muda regras para laqueadura e vasectomia

Uma das mudanças dispensa aval do cônjuge para procedimento

Agência Brasil — Brasília

Entra em vigor, neste mês, a Lei 14.443/2022 que dispensa o consentimento do cônjuge para autorizar a laqueadura, em mulheres, e vasectomia, em homens, que são métodos de esterilização cirúrgica.

A nova lei reduz para 21 anos a idade mínima para a realização dos procedimentos no país. Antes, era 25 anos. Além disso, a idade mínima não será exigida para quem tem, pelo menos, dois filhos vivos.

A mulher pode solicitar a laqueadura durante o período do parto, o

que não era permitido na legislação anterior, de 1996. É necessário manifestar a vontade com 60 dias de antecedência.

A legislação manteve a exigência de manifestação pela cirurgia em documento escrito e firmado. Entre a manifestação da vontade e a cirurgia, a pessoa interessada pas-

“
Manteve a exigência de manifestação em documento escrito e firmado

sará por aconselhamento por equipe médica quando receberá orientações sobre as vantagens, des-

vantagens, riscos e eficácia do procedimento. O objetivo é evitar a esterilização precoce.

É autorizada a esterilização somente por meio de laqueadura, vasectomia ou outro método cientificamente aceito. É vedada a histerectomia (remoção do útero) e ooforectomia (retirada dos ovários).

DESCUMPRIMENTO - Em caso de realização da esterilização em desacordo com a lei, é prevista pena de dois a oito anos de reclusão e multa.

A pena pode ser aumentada em um terço se ocorrer nas seguintes situações: durante o parto ou aborto sem manifestação prévia de 60 dias; com manifestação da vontade do esterilizado expressa durante a ocorrência de alterações na capacidade de discer-



A nova lei reduz para 21 anos a idade mínima

nimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente; em cirurgias de histe-

rectomia e ooforectomia; em pessoa absolutamente incapaz, sem autorização judicial e através de cessárea indicada exclusivamente para esterilização.



A venda é proibida para adolescentes

ALERTA

Adolescentes compram cigarro em comércio autorizado

Dado consta em pesquisa do Instituto Nacional de Câncer

ALANA GANDRA / Agência Brasil

Nove em cada dez adolescentes, entre 13 e 17 anos de idade, conseguem comprar cigarros em locais comerciais autorizados, como padaria, cafeteria, mercados e bancas de jornal, conforme estudo do Instituto Nacional de Câncer (Inca). A venda é proibida para essa faixa etária.

O estudo, que usa dados de pesquisas escolares, mostra ainda que sete em cada dez jovens teve acesso a cigarro pela compra direta nos estabelecimentos autorizados. Entre 2015 e 2019, a venda proibida cresceu de 81,1%

para 89,6%. Outro dado é que 70% dos menores de idade adquirem cigarro unitário, o que significa que os postos de venda abrem o maço de cigarros e comercializam unidades avulsas, em desacordo com a lei.

Para o diretor executivo da Fundação do Câncer, Luiz Augusto Maltoni, os dados mostram que os adolescentes têm tido facilidade em comprar cigarros em locais onde a venda não deveria ocorrer.

De acordo com Maltoni, pais, sociedade e instituições de controle devem manter vigilância no combate ao tabagismo no Brasil, mesmo com a queda em mais de 50% do número de fumantes no país. “A gente percebe que não tem conseguido avançar muito mais nessa redução. É preciso manter constantemente a atenção sobre to-

dos esses pontos, para atuar na faixa etária em que existe oportunidade maior de fazer com que o hábito de fumar não se inicie e, portanto, o vício entre as crianças, os jovens e adolescentes”.

Desde 2019, Brasil e a Turquia são citados como dois países que adotaram todas as medidas de combate ao tabaco, estabelecidas em 2005 pelo Relatório MPOWER, da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo o diretor. “Não podemos deixar que a falta de fiscalização ou que as novas formas de fumar, como os cigarros eletrônicos, reaqueçam esse mercado com a formação de novos públicos”.

O fumo, ativo ou passivo, pode levar a diversos problemas de saúde, como doenças cardíacas, respiratórias e câncer.